

# PUC Viva

Nº 1116 - 12/8/2019

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC



**13**  
**08** 16h/MASP

## EDUCAÇÃO É DIREITO GREVE NACIONAL

Entidades do setor da educação, centrais sindicais e entidades estudantis estão chamando para a terceira grande mobilização da educação, no dia 13/8. Estão previstas mobilizações em grande parte do território nacional para protestar contra os cortes na educação e a ameaça representada por projetos como o "Future-se", já apelidado de "Future-se", que promoverá um sucateamento ainda mais profundo na educação brasileira.

Na semana passada o governo anunciou novo corte na educação que foi

o segundo ministério mais afetado pelo chamado "contingenciamento", eufemismo para designar o corte de verbas públicas em setores básicos do estado.

Os profissionais da educação e estudantes também levarão às ruas suas bandeiras contra a reforma da previdência e o autoritarismo que hoje se instaurou no país.

Em São Paulo a manifestação ocorrerá às 16h, em frente ao MASP, na Avenida Paulista. A União Nacional dos Estudantes (UNE) pretende repetir as mobilizações que ocorreram no mês de

maio, colocando milhões de professores, estudantes e funcionários nas ruas, em um verdadeiro tsunami da educação.

A APROPUC e a AFAPUC estarão se mobilizando para comparecer às manifestações e conclamar os trabalhadores e estudantes da PUC-SP a participarem da manifestação na Avenida Paulista

### ESTUDANTES

Na quarta-feira, 7/8, na prainha, aconteceu a primeira assembleia dos estudantes do semestre. Com a aproximação do

próximo ato, dia 13/8, os alunos criaram um comitê de agitação para fazer passagem nas salas e articular os centros acadêmicos, coletivos e baterias da universidade para engrossarem a mobilização. Haverá um movimento de agitação entre os estudantes no dia 12/3, pré-ato, entre o período da manhã e da noite, para estabelecer uma grande concentração no bloco da PUC-SP para o ato. A manifestação será contra a reforma da previdência, o desmonte da educação e todos retrocessos do governo de Jair Bolsonaro.

# Consun inicia votação do novo regimento da universidade

A sessão extraordinária do Consun de 6/8 começou a votar os primeiros itens do novo regimento da PUC-SP. Com a mudança do estatuto, a PUC-SP precisa adequar o seu regimento interno às novas deliberações que compõem o novo texto.

O Grupo de Trabalho que sistematiza as novas normas regimentais elaborou as mudanças necessárias ouvindo as sugestões apresentadas pela comunidade. Os itens aprovados não provocaram grandes

polêmicas e as votações foram praticamente unânimes.

Na composição da bancada do Consun os funcionários questionaram como o texto do regimento se adequaria ao novo estatuto. O texto imposto pelo Conselho da Fundasp estipula que os representantes administrativos guardarão proporcionalidade com os demais setores, porém a representação deverá conter funcionários de todos os campi. O questionamento da bancada administrativa vai na

direção de que não havendo candidato em determinado campus, como será composta a bancada?

A reitora, professora Maria Amalia Andery, esclareceu que esta será uma questão para ser tratada no âmbito do regulamento do Conselho Universitário e não no regimento da universidade.

Ao chegar à discussão das atribuições do Conselho de Ensino e Pesquisa e do Conselho Comunitário os conselheiros entenderam que as cláusulas mere-

ciam uma melhor discussão e foi aprovado que as unidades têm até terça-feira, 13/8, para enviarem suas sugestões que serão debatidas no Consun extraordinário de 21/8.

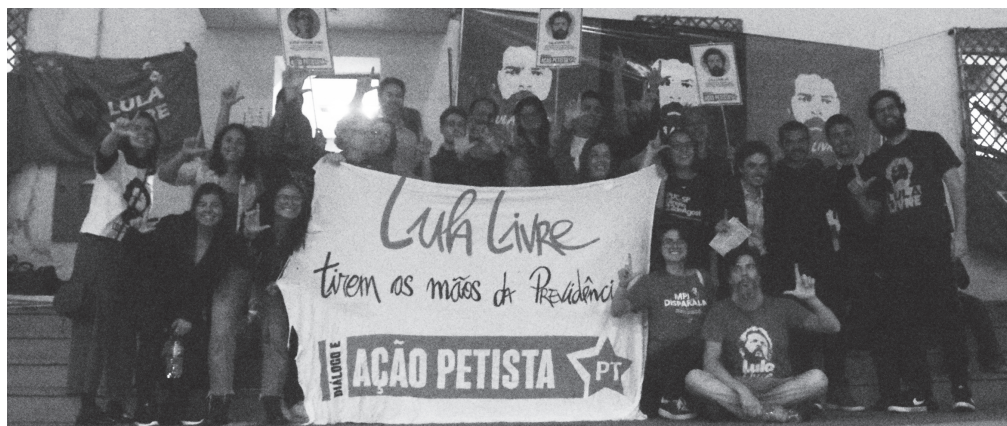
A reitora informou ainda que após as discussões sobre a estruturação de cada faculdade foi definido que com exceção da Faculdade de Ciências Matemáticas e Tecnologia e a recém aprovada Faculdade de Estudos Interdisciplinares, todas as demais unidades se estruturarão por departamentos.

## Estudantes fazem ato por Lula Livre na Prainha

Na quarta-feira, 7/8, na prainha, aconteceu o ato Lula Livre. Organizado pelo núcleo de estudantes petistas da PUC-SP, o ato também teve a participação da bateria Psicolata, do curso de Psicologia da universidade.

O ex-presidente teve a prisão solicitada em abril de 2018, pelo atual Ministro da Justiça, Sergio Moro, referente ao caso do Tríplice no Guarujá (SP), sem provas concretas.

Após 1 ano e 4 meses de prisão, nesta quarta-feira, 7/8, foi solicitado pelo superintendente da Polícia Fede-



Estudantes reunidos no ato Lula Livre

ral, Luciano Flores, a transferência de Lula da PF de Curitiba para um presídio em São Paulo, onde o juiz Pau-

lo Eduardo de Almeida decidiu que o ex-presidente cumpriria o restante da pena no presídio de Tremembé.

Atendendo a um pedido da defesa de Lula, o STF suspendeu a transferência para o presídio em São Paulo.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Sthefane Mattos

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba, Victoria C. Weischardt, Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br – PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

## EDITORIAL

## AB OVO

Mudar os fatos a partir da capacidade de agir pressupõe a existência de imaginação. Em momentos de crise, essa capacidade de imaginação encontra-se em refluxo e somos acuados ao simplismo do dualismo do "sim ou não", expresso por concordância ou discordância. Essa imaginação dual reflete a pobreza de percepção e conhecimento da própria política.

Enclausurados nessa bifurcação no caminhar da vida, com erros, ilusões e aporias, sentindo-nos culpados por possíveis falhas, desvirtuando-nos em declarações sobre manter o consenso e a ordem, que alimenta os embustes e até mesmo os autoembustes. Nesse momento, a política começa a perder sua capacidade sensual e criativa. Por isso, a veracidade sempre foi alijada das virtudes políticas. Precisamos entender que, se somos livres para transformar o mundo, não podemos empobrecer a nossa imaginação.

Cotidianamente, somos aviltados pelo discurso violento que se tornou denominador comum na política brasileira, por meio do uso do poder e da força como estratégias e mecanismos ilegítimos para consolidar a supremacia do autoritarismo conservador da política patriarcal, machista, misógina, racista e classista.

O Estado assume o seu papel histórico de ser a violência organizada que busca de forma implacável, vertical e autoritária contro-

lar a vida. Nesse momento, os indivíduos são obrigados a se ajustar às decisões violentas e autoritárias, que lhes negam a condição de autonomia e liberdade. Portanto, o Estado de exceção é o próprio cotidiano do Estado de direito nas periferias, pois quem não se ajusta será coagido, difamado, constrangido, isolado do imaginário social e político. A violência torna-se a energia vital da política de opressão e apologia à cultura do

zão em qualquer território. Esse é o sentimento de invisibilidade e nudez impregnado paradoxalmente na presença dos corpos estranhos aos consensos normatizados no Estado de exceção. Cria-se o sentimento de ausência, reduzidos os corpos à necrofilia. Pois somente as pulsões de morte são inoculadas em discursos ocultos, histéricos e abusivos, tornando os corpos passíveis de serem mortos. Por isso, a charge irô-

desempregados e desalentados, são rebaixadas ao estado de desumanidade, embrutecimento e bestialização. Alvos dos noticiários ávidos pela ação policial de coerção, violência e morte.

Vivemos numa era de extremos, em que para enfrentarmos essa violência da necropolítica devemos reescrever a nossa existência, resgatando a condição de revoltar-se para enfrentar o Estado, a força e o poder como condição própria da nossa existência. Não existe saída individual, devemos fortalecer a voz da consciência humana para enfrentarmos os valores autoritários, violentos, impregnados de intransigência e dogmas. Devemos resistir e superar essa agressão sistemática que tenta nos privar da liberdade e nos ameaça com apologia ao discurso de morte. Preservar a nossa integridade pessoal frente ao poder é condição ética e política do nosso tempo.

***Devemos resistir e superar essa agressão sistemática que tenta nos privar da liberdade e nos ameaça com apologia ao discurso de morte. Preservar a nossa integridade pessoal frente ao poder é condição ética e política do nosso tempo. Nenhum direito a menos.***

ódio. O ódio como mecanismo político envenena as relações afetivas, sentimentos e paixões, com juízos esvaziados, condenados a desencontrar o outro, pois trata-se de um eu perceptivo esvaziado do outro que, na emergência de justificar o presente, desconsidera o passado histórico e a esperança de futuro. Transforma-se, assim, em um absoluto presente, imediato da própria violência.

Predomina uma experiência de exílio, em que não existe um lugar de pertencimento, e sim constrangimento e estrangeiri-

nica em que o desgoverno Bolsonaro responde às perguntas "o que fazer com os inimigos?", "o que fazer com a Floresta Amazônica?", "o que fazer com seus filhos?". "Mata". "Desmata". "Mamata".

O desprezo e a negação da humanidade consistem em um olhar intolerante, próprio da lógica da exclusão e preconceito desdignificantes dos afetos, que levam à humilhação, à exclusão e aos preconceitos próprios da lógica do campo de concentração. As periferias brasileiras, com suas comunidades de trabalhadores

**Diretoria da APROPUC**

## FALA COMUNIDADE

# Uma recordação: esquentando a memória, esclarecendo uma história

*Matilde Maria Almeida Melo*

Conheci Fernando Santa Cruz em 1968, quando entrei na Universidade Católica de Pernambuco para cursar Química. Nos primeiros meses de 1968, mais precisamente em março, nos deparamos com a morte de Edson Luís de Lima Souto, estudante secundarista brasileiro assassinado por policiais militares, durante um confronto no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro. Os estudantes brasileiros se levantaram em massa contra este ato da ditadura militar e eu, recém ingressa na universidade, juntei-me a todos eles denunciando o assassinato no Rio de Janeiro.

A partir deste momento, comecei a frequentar o Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, onde encontrava-se inserido o meu curso, e neste processo conheci o Fernando e Ana Lúcia. Na época, eles eram secundaristas e juntamente com outros tantos secundaristas e universitários nos reuníamos no referido Diretório.

O ano de 1968 foi decisivo para todos nós. Manifestações de junho, 30º congresso da UNE em Ibiuna e respectiva prisão de seus participantes, Ato Institucional no. 05, que radicaliza a repressão no país, constituíram marcos para nossas inúmeras manifestações, e nestes momentos, nós, eu, Fernando, Ana Lúcia e todos os demais companheiros estávamos

juntos, na luta contra a repressão militar.

Participávamos na época, como área próxima do grupo de estudantes que militavam na então organização Ação Popular. No início de 1969 foram cassados meus direitos de estudante por um ato da reitoria da UCP em adequação ao previsto pelo no decreto 477 de 26/2 daquele ano, que punia com a privação do direito de estudar ou trabalhar, professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares.

A partir daí, sem poder estudar e bastante envolvida com as lutas pelo fim da ditadura militar, me vi obrigada a caminhar para a clandestinidade. Fernando, à época, era companheiro de célula na chamada OPP da Ação Popular (Organização Para Partidária) e convivemos amplamente nas atividades de denúncia dos arbítrios da ditadura. Durante o ano de 1969 a então Ação Popular, originada inicialmente nos movimentos da juventude católica, se transforma em Ação Popular Marxista Leninista (APML).

A ação da APML tinha como eixo o reconhecimento que uma mudança mais profunda da sociedade brasileira tinha que buscar a organização da resistência à ditadura no movimento popular, junto aos trabalhadores do campo e da cidade. A APML, diferentemente das recentes declarações do Sr. Presidente da República refe-

rentes "ao pai do atual presidente da OAB-Brasil", tinha como programa de ação a Guerra Popular Prolongada, na esteira do processo de transformação social e político ainda então vivenciado na República Popular da China.

Para tanto, ao contrário de outras organizações políticas que pregavam e praticavam guerrilha urbana, a APML propugnava a integração de seus quadros na produção, experiência vivenciada por vários companheiros de organização durante o ano de 1969 e anos seguintes.

Quando tive que sair do Recife no final do ano de 1969, acabei indo para Belo Horizonte onde pretendia me integrar à produção, trabalhando nas indústrias locais. Assumi nova identidade (Rosa), mas não consegui realizar meu objetivo pois fui presa menos de um mês após minha chegada à cidade, permanecendo por dois anos e dois meses nos cárceres do Exército Brasileiro.

Ao sair da prisão (1972) migrei para São Paulo, e após alguns meses voltei a encontrar o Fernando, agora casado com Ana Lúcia Valença de Santa Cruz e com um filho de cerca de um ano. Fernando e Ana moravam na Pompéia (Rua Diana) e ele trabalhava no Departamento de Águas e Energia Elétrica, em São Paulo. Trabalhei com Ana Lúcia em uma empresa de consultoria existente na época, como estagiária de Ciências Sociais e ela de His-

tória, retornando a nossa velha/nova amizade.

No carnaval de 1974, fomos todos para o Rio de Janeiro. No sábado pela manhã fomos para a praia, aguardando a chegada de Fernando que nunca mais voltou. Fernando tinha ido se encontrar com Eduardo Collier, também pernambucano, que também não mais voltou.

Ninguém conseguia admitir o desaparecimento de Fernando. Ligamos para hospitais, necrotérios, postos policiais e tudo o mais que poderia dar alguma referência de seu paradeiro. Fernando sumiu, assim como vários outros companheiros, tais como o catarinense Paulo Stuart Wright, preso em 1973, em São Paulo; Umberto Câmara Neto estudante de Medicina da UFPE preso no mesmo ano no Rio de Janeiro; José Carlos da Matta Machado, mineiro, e o também mineiro Gildo Lacerda presos naquele mesmo ano em Salvador.

Esta é um pouco da nossa história: minha, do Fernando e dos demais companheiros, presos, torturados, e inclusive mortos por uma ditadura que ainda há quem diga que não existiu, e em nome de um ideal que, com certeza, ainda não se realizou.

Fernando Santa Cruz, presente... sempre!

*Matilde Maria Almeida Melo é professora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP*

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Reforma da previdência passa em 2ª votação na Câmara

Na terça-feira, 6/8, a Câmara Federal aprovou o texto da Reforma da Previdência. Boa parte dos deputados, que antes se diziam contra a reforma foi comprada através de liberação de verbas para suas emendas por parte do ex-capitão Jair Bolsonaro. Entre as perdas que foram sacramentadas pela PEC, inço se destacam como as mais perniciosas:

## Aposentadoria por tempo de contribuição

O novo texto termina com a aposentadoria por tempo de contribuição. Os homens terão de trabalhar até os 65 anos para se aposentar, tendo que comprovar 20 anos de trabalho, já

as mulheres terão de trabalhar até os 62 anos, com 15 anos de trabalho comprovado. Atualmente, é possível se aposentar por tempo de contribuição com renda integral depois de contribuir durante 30 anos (mulher) e 35 anos (homem), desde que a soma da idade e do período contribuído resulte em 86 pontos (mulher) ou 96 (homem).

## Aposentadoria especial

Aqueles que trabalham com risco de saúde, expostos a produtos nocivos, calor ou ruído tinham o direito de se aposentar com 15, 20 ou 25 anos de serviço dependendo do risco. Esse direito permanece,

mas o trabalhador não poderá se aposentar antes de 60 anos, em alguns casos, quando as condições de risco já minaram sua saúde.

## Aposentadoria por invalidez

Se o trabalhador sofrer um acidente ele poderá se aposentar recebendo somente 60% do valor da aposentadoria por invalidez. Antes o trabalhador recebia 100%. Só terá direito a 100% do benefício se o acidente ocorreu no local de trabalho ou a doença foi contraída devido a atividade profissional.

## Pensão por morte

Hoje o valor da pensão que o trabalhador recebe

pela morte do cônjuge é de 100%. Com a reforma esse valor cai para 50% mais 10% por dependente.

## Renda mensal

A reforma muda o cálculo para obtenção do valor do benefício. Hoje, com 20 anos de contribuição esse trabalhador recebe 90% do valor do seu benefício. Com a reforma, vai receber apenas 60%. A reforma ainda deverá passar pelo Senado Federal, mas o texto deverá ir para aquela casa legislativa que já é suficiente para causar transtornos e pauperização na vida dos trabalhadores, principalmente aqueles de mais baixa renda.

## Entidades do ensino unem-se contra o projeto Future-se

O Andes-SN, juntamente com a Fasubra Sindical, a União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e o Andifes reuniram-se na semana passada para discutir uma política comum contra a tentativa do governo de aprovar o projeto Future-se..

De um modo geral o projeto defende que as universidades repassem os seus custos de gestão para a iniciativa privada. A proposta é que as universidades celebrem contratos de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade e da União. As reitorias poderão fazer

parcerias público-privadas, ou cessão dos prédios e lotes; poderão ser criados fundos patrimoniais (endowment), com doações de empresas ou ex-alunos, para financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo, e que gerem previsibilidade de receitas; que as universidades cedam os "naming rights" de campi e edifícios, assim como acontece nos estádios de futebol que levam nomes de bancos ou seguradoras.

Essas medidas buscam isentar o governo federal do custeio da educação, encaminhando para a total privatização do ensino.

Para o Andes-SN a im-

plantação do projeto significaria "a mudança na gestão educacional, que coloca em risco a função de reitores, vice-reitores e pró-reitores, pois, de acordo com o Sindicato, essa alteração é o esvaziamento da estrutura pública conquistada pelas instituições de ensino". O Andes-SN aponta para a suspensão de concursos públicos e o fim da estabilidade no serviço público, por exemplo.

Dessa maneira as entidades encaram as manifestações de 13/8 como a possibilidade de uma resposta contundente a mais esta tentativa de sucateamento do ensino público.

## MPF pede esclarecimentos sobre mudanças na Comissão de Mortos e Desaparecidos

Continuam repercutindo as mudanças que o governo federal fez na Comissão de Mortos e Desaparecidos após a divulgação da responsabilidade do Estado sobre a morte de Fernando Santa Cruz. O Conselho Superior do MPF derrubou a indicação do governo, do procurador Ailton Benedito de Souza, para ocupar a vaga que cabe ao Ministério Público na Comissão Especial. E questiona a indicação de Marco Vinícius Pereira de Carvalho, assessor especial da própria Damares. Entre os novos integrantes há simpatizantes da ditadura militar e de Carlos Alberto Brilhante Ustra.

# ROLA NA RAMPA

## Guilherme Boulos fala sobre saúde mental nos movimentos sociais

Na terça-feira, 6/8, aconteceu o debate "A clínica nos movimentos sociais", no auditório do Instituto Sedes Sapientiae. Organizado pelo núcleo de Acesso e o Núcleo de Estudos e Trabalhos Terapêuticos (NETT) o evento teve a presença de Cris Andrade, docente da PUC-SP e parceira do NETT; Cristiane Izumi Nakagauia, psicanalista e coordenadora NETT; Guilherme Boulos, professor, escritor e coordenador do MTST; José Moura Gonçalves Filho, docente IP/USP, coordenador da parceira IP/USP-NETT; e Patrícia Beretta, psicanalista, coordenadora da parceria Instituto Gerar-NETT.

A população que representa a menor camada de renda, que retrata 68% dos brasileiros, apresenta quadros de adoecimento mental. Depressão e ansiedade são casos diagnosticados com frequência nos trabalhadores da classe baixa. A relação patrão e subordinado que traz a dominação maior, muitas vezes provoca o senti-



A mesa do debate no Instituto Sedes Sapientiae

mento do rebaixamento e "sofrimento de dominação". Assim, a necessidade da psicologia se tornou uma carência real. "O país que inventou o quarto de empregada e o elevador de serviços, o país que nunca superou a escravidão, enquanto esse histórico não for superado, vai pesar e oprimir as pessoas. Não só socialmente e politicamente, isso destroça as subjetividades. Essa barbárie faz com que as pessoas adoecem e se entristeçam", disse Guilherme Boulos. Segundo Freud, existe uma necessidade humana de

transferência, compartilhamento de histórias sem a desmoralização. Os oprimidos têm a necessidade da transferência para dividir e ajudar a compreender a angústia provocada pelo antagonismo de classe e raça. O diálogo da saúde com os movimentos sociais é necessário para a construção de um sistema de saúde mental universal. O instituto NETT em parceria com o Instituto Sedes Sapientiae criou uma nova equipe clínica, como projeto, para atender crianças que perderam sua origem.

STHEFANE MATTOS

## Palestra debate aspectos Teórico-Práticos da Tradução

O Departamento de Inglês da Faficla promove no dia 15/8 o ciclo de palestras Aspectos Teórico-Práticos da Tradução da Interpretação e suas Faces, ministrada pelo professor Dennys Silva-Reis. O evento acontece na quinta-feira, 15/8, às 17h30, na sala 117-A do prédio novo, campus Monte Alegre.

## Xico Sá analisa Culturas de Resistência

O departamento de Filosofia da Faficla apresentará no dia 20/8 a palestra com o jornalista Xico Sá sobre Culturas de Resistência, abordando a relação entre práticas culturais e resistências políticas no Brasil contemporâneo, partindo de suas intervenções literárias e jornalísticas. O evento acontece no Tucarena, às 19h, sob a coordenação do professor Jonnefer Barbosa

Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura: Barroco e Mestiçagem,  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP &  
APROPUC convidam para:

# JERUSA EM PRESENÇA

UMA HOMENAGEM À PROFESSORA  
JERUSA PIRES FERREIRA

13/08 às 19hs no Tucarena  
Rua Monte Alegre, 1024



Participação: Adriano Sousa, Amálio Pinheiro, Cecília Almeida Salles, Énio Brito, Guto Lacaz, Jurema Paes, Lúcio Agra, Ludmila Brandão, Micheline Verunsch, Plínio Martins Filho, Roberta Estrela D'Alva, Roberto de Oliveira, Rosane Preciosa, Suely Rolnik.